



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA –
IFRR
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

REBECA NATALIE DE JESUS CARVALHO

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO INSTRUMENTO DE
INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRABALHADORES**

BOA VISTA – RR 2026

REBECA NATALIE DE JESUS CARVALHO

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO INSTRUMENTO DE
INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRABALHADORES**

Trabalho apresentado como requisito parcial de
nota da disciplina de TCC II do curso de Pós-
Graduação em gestão da Educação Profissional e
Tecnológica.

Docente: Rebeca Natalie de Jesus Carvalho

Orientador: Dr. Roberto Diniz

RESUMO

Este trabalho analisa a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como instrumento de inclusão, permanência e êxito de estudantes trabalhadores que enfrentam dificuldades para conciliar trabalho, estudos e acesso às tecnologias digitais. O objetivo consiste em compreender de que maneira a EPT pode favorecer a permanência estudantil por meio de práticas pedagógicas inclusivas, metodologias flexíveis e políticas institucionais de apoio. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, documental e reflexiva, fundamentada na análise da experiência acadêmica da autora, em documentos oficiais do Ministério da Educação e em referenciais teóricos de Freire (1987), Kuenzer (2002), Ramos (2008), Frigotto (2009), Almeida (2011) e Pagnoncelli e Zambam (2016). Os resultados evidenciam que a permanência dos estudantes depende não apenas do esforço individual, mas também da implementação de estratégias institucionais, como atividades assíncronas, fortalecimento da tutoria, flexibilização de metodologias e avaliações, desenvolvimento de materiais acessíveis e promoção da inclusão digital. Conclui-se que a EPT exerce papel estratégico na formação humana integral, na redução das desigualdades educacionais e na promoção da cidadania, sendo indispensável o fortalecimento de políticas públicas e práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, a acessibilidade, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes trabalhadores.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; permanência estudantil; estudante trabalhador; inclusão educacional; formação humana.

ABSTRACT

This study analyzes Vocational and Technological Education (VTE) as an instrument for the inclusion, retention, and academic success of working students who face difficulties in reconciling work, studies, and access to digital technologies. The objective is to understand how VTE can promote student retention through inclusive pedagogical practices, flexible methodologies, and institutional support policies. The research is qualitative in nature, based on bibliographic, documentary, and reflective approaches, grounded in an analysis of the author's academic experience, official documents from the Ministry of Education, and theoretical references from Freire (1987), Kuenzer (2002), Ramos (2008), Frigotto (2009), Almeida (2011), and Pagnoncelli and Zambam (2016). The results demonstrate that student retention depends not only on individual effort but also on the implementation of institutional strategies, such as asynchronous activities, strengthened tutoring, greater flexibility in teaching methodologies and assessments, development of accessible materials, and promotion of digital inclusion. It is concluded that VTE plays a strategic role in comprehensive human development, the reduction of educational inequalities, and the promotion of citizenship. Therefore, strengthening public policies and pedagogical practices committed to equity, accessibility, student retention, and the academic success of working students is essential.

Keywords: Vocational and Technological Education; student retention; working student; educational inclusion; human development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 Questões Problematicadoras	9
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 Estratégias Metodológicas	11
1.4 Hipóteses	12
1.5 Justificativa	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Educação Profissional e Tecnológica: fundamentos históricos, conceituais e legais	10
2.2 A concepção freireana de educação e sua contribuição para a Educação Profissional e Tecnológica	11
2.3 Trabalho como princípio educativo e formação humana integral	12
2.4 Permanência e êxito estudantil na Educação Profissional e Tecnológica	13
2.5 O estudante trabalhador na Educação Profissional e Tecnológica	13
2.6 Tecnologias digitais, Educação a Distância e inclusão educacional	14
2.7 Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), acessibilidade e inclusão na EPT	15
2.8 Educação Profissional e Tecnológica como instrumento de transformação social	16
5 PLANO DE AÇÃO	24
5.1 Objetivo Geral	24
5.2 Ações Propostas	24
Ação 1 – Ampliação da oferta de atividades assíncronas	24
Ação 2 – Fortalecimento da tutoria e do acompanhamento pedagógico	24
Ação 3 – Desenvolvimento de materiais educacionais acessíveis	25
Ação 4 – Flexibilização de prazos e metodologias de avaliação	25
Ação 5 – Promoção da inclusão digital	26
Ação 6 – Implementação de políticas permanentes de permanência e êxito estudantil	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
APÊNDICE	28
PLANO DE AÇÃO PARA PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E DO ÊXITO ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	28

1. INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa atualmente um papel estratégico no cenário educacional brasileiro, constituindo-se como uma modalidade de ensino comprometida com a formação integral dos estudantes e com a articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Diferentemente de uma formação centrada exclusivamente na preparação para o mercado de trabalho, a EPT busca desenvolver competências técnicas, científicas, éticas e sociais que permitam aos indivíduos compreender criticamente a realidade e atuar de forma consciente na transformação da sociedade. Nas últimas décadas, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica representou um importante avanço na democratização do acesso à educação pública e de qualidade. A criação dos Institutos Federais, por meio da Lei nº 11.892/2008, fortaleceu a oferta de cursos técnicos, tecnológicos e de formação continuada em diversas regiões do país, ampliando as oportunidades educacionais para grupos historicamente excluídos do ensino superior e da qualificação profissional. Nesse contexto, a EPT passou a ser reconhecida como uma política pública fundamental para a promoção da inclusão social, da cidadania e do desenvolvimento econômico.

Entretanto, apesar dos avanços alcançados, ainda persistem desafios significativos relacionados ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes. Muitos alunos ingressam nos cursos da EPT trazendo consigo diferentes limitações de ordem econômica, social e cultural, que podem dificultar a continuidade dos estudos. Entre essas dificuldades destacam-se a necessidade de conciliar trabalho e formação acadêmica, as limitações de acesso às tecnologias digitais, as responsabilidades familiares e as desigualdades sociais que impactam diretamente o desempenho educacional. A permanência estudantil tem se tornado um dos principais temas de discussão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Não basta garantir o ingresso dos estudantes; é necessário criar condições para que eles permaneçam na instituição, concluam seus cursos e alcancem uma formação de qualidade. Nesse sentido, documentos oficiais do Ministério da Educação ressaltam que a evasão escolar

constitui um fenômeno complexo, influenciado por múltiplos fatores que envolvem aspectos pedagógicos, institucionais, econômicos e pessoais.

A discussão sobre permanência e êxito ganha ainda mais relevância diante das transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas. O avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) ampliou as possibilidades de ensino e aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento de novas metodologias educacionais e o fortalecimento da educação mediada por tecnologias. Contudo, a chamada exclusão digital continua sendo uma realidade para muitos estudantes brasileiros, especialmente aqueles residentes em regiões com infraestrutura limitada ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse contexto, torna-se necessário refletir sobre a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, flexíveis e adaptadas às diferentes realidades dos estudantes. A adoção de atividades assíncronas, materiais acessíveis, flexibilização de prazos, acompanhamento pedagógico contínuo e utilização de metodologias centradas no estudante pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades educacionais e para a promoção de uma aprendizagem mais significativa. As reflexões apresentadas neste trabalho surgem também a partir de experiências concretas vivenciadas ao longo da trajetória acadêmica na Licenciatura em Educação Física. Durante o percurso formativo, diversos desafios precisaram ser enfrentados, especialmente aqueles relacionados à conciliação entre trabalho e estudo. O exercício de atividades profissionais em horário noturno, muitas vezes até as 22 horas, dificultou a participação em encontros síncronos e em outras atividades acadêmicas realizadas em tempo real. Além disso, as limitações de acesso à internet em determinados momentos representaram obstáculos adicionais ao acompanhamento regular das atividades propostas.

Tais experiências permitiram compreender, de forma prática, as dificuldades enfrentadas por inúmeros estudantes da Educação Profissional e Tecnológica em todo o país. A necessidade constante de administrar o tempo, cumprir responsabilidades profissionais

e atender às exigências acadêmicas exige elevado nível de organização, disciplina e comprometimento. Ao mesmo tempo, evidencia a importância de políticas institucionais e estratégias pedagógicas que reconheçam as diferentes condições de vida dos estudantes e promovam oportunidades reais de permanência e aprendizagem.

Durante esse processo, o apoio institucional recebido mostrou-se essencial para a continuidade dos estudos. A atuação da tutoria, o acompanhamento pedagógico e o incentivo constante proporcionaram suporte importante para superar dificuldades e manter o vínculo com a formação acadêmica. Essa experiência reforça a compreensão de que a permanência estudantil não depende exclusivamente do esforço individual, mas também da existência de uma rede de apoio capaz de acolher as necessidades dos estudantes e favorecer seu desenvolvimento educacional. Sob essa perspectiva, este trabalho busca analisar como a Educação Profissional e Tecnológica pode contribuir para a inclusão, permanência e formação de estudantes que enfrentam desafios relacionados ao trabalho, às condições socioeconômicas e ao acesso às tecnologias. A partir da articulação entre experiência pessoal, referenciais teóricos e documentos oficiais, pretende-se compreender os fatores que favorecem a permanência estudantil e identificar práticas educacionais capazes de promover uma formação mais democrática, acessível e inclusiva.

A relevância deste estudo está associada à necessidade de ampliar as discussões sobre equidade educacional e permanência na EPT. Embora o acesso à educação tenha sido ampliado nos últimos anos, muitos estudantes continuam enfrentando dificuldades que comprometem sua trajetória acadêmica. Compreender essas dificuldades e refletir sobre possíveis estratégias de enfrentamento representa uma contribuição importante para o fortalecimento das políticas educacionais e para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às necessidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

1.1 Questões Problemáticas

Diante do contexto apresentado, este estudo é orientado pelas seguintes questões

norteadoras:

- Como a Educação Profissional e Tecnológica pode contribuir para a inclusão e permanência de estudantes que precisam conciliar trabalho e estudo?
- De que maneira a EPT pode atender alunos que enfrentam dificuldades de acesso à internet e impossibilidade de participação em aulas síncronas?
- Quais práticas pedagógicas podem ser adotadas para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais flexível, inclusivo e acessível?
- Qual é o papel do apoio pedagógico e institucional na redução da evasão escolar e na promoção do sucesso acadêmico na EPT?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como a Educação Profissional e Tecnológica pode contribuir para a permanência, o aprendizado e a formação de estudantes que enfrentam dificuldades para conciliar trabalho, estudo e acesso às tecnologias digitais.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais desafios enfrentados por estudantes trabalhadores na Educação Profissional e Tecnológica;
- Refletir sobre a importância de metodologias pedagógicas flexíveis e inclusivas;
- Compreender o papel do apoio institucional e pedagógico na trajetória acadêmica dos estudantes;
- Relacionar a experiência pessoal com os princípios e objetivos da Educação Profissional e Tecnológica;
- Analisar estratégias capazes de promover a permanência e o êxito estudantil.

1.3 Estratégias Metodológicas

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, fundamentado em abordagem bibliográfica, documental e reflexiva. Inicialmente, será realizada uma análise da trajetória acadêmica vivenciada pelo autor, considerando os desafios enfrentados, as estratégias utilizadas para superação das dificuldades e os apoios recebidos durante o processo formativo.

Além da análise da experiência pessoal, serão examinados materiais didáticos utilizados ao longo do curso, documentos oficiais do Ministério da Educação relacionados à Educação Profissional e Tecnológica e produções acadêmicas, como Google Acadêmico, SciELO, Portal CNPq, que abordam temas como inclusão educacional, permanência estudantil, evasão escolar e metodologias flexíveis de ensino.

A pesquisa também considerou discussões relacionadas ao uso das tecnologias digitais na educação, às atividades assíncronas e às práticas pedagógicas inclusivas, buscando compreender de que forma esses elementos podem contribuir para a democratização do ensino e para a construção de trajetórias acadêmicas bem-sucedidas.

1.4 Hipóteses

Parte-se da hipótese de que a Educação Profissional e Tecnológica, quando estruturada com base em princípios de inclusão, flexibilidade e equidade, contribui significativamente para a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes que enfrentam limitações relacionadas ao trabalho, ao tempo disponível para estudo e ao acesso às tecnologias digitais.

Supõe-se ainda que o apoio pedagógico, a atuação dos tutores, a adoção de metodologias flexíveis e o uso adequado das tecnologias educacionais constituem fatores determinantes para reduzir os índices de evasão escolar e promover uma formação mais democrática e acessível.

1.5 Justificativa

A escolha do tema justifica-se pela relevância social e educacional das discussões relacionadas à permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica. Embora a ampliação do acesso à educação represente uma conquista importante, muitos estudantes ainda enfrentam obstáculos que dificultam sua permanência e conclusão dos cursos. Ao utilizar a própria trajetória acadêmica como ponto de partida para a reflexão, este estudo busca dar visibilidade às experiências de milhares de estudantes que conciliam trabalho e formação educacional. Trata-se de uma realidade frequentemente presente na EPT e que demanda atenção por parte das instituições de ensino, dos gestores educacionais e dos profissionais envolvidos no processo pedagógico.

Além disso, a pesquisa contribui para fortalecer o debate sobre práticas pedagógicas inclusivas, metodologias flexíveis e políticas institucionais voltadas ao acolhimento das diferentes necessidades dos estudantes. Espera-se que as reflexões desenvolvidas possam colaborar para a construção de ambientes educacionais mais democráticos, equitativos e comprometidos com a formação integral dos sujeitos.

Dessa forma, o estudo apresenta relevância acadêmica, social e profissional ao discutir estratégias capazes de promover o acesso, a permanência e o êxito na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para o fortalecimento de uma educação comprometida com a inclusão, a cidadania e a transformação social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Profissional e Tecnológica: fundamentos históricos, conceituais e legais

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa posição estratégica no cenário educacional brasileiro por promover a integração entre formação humana, qualificação profissional e desenvolvimento social. Sua constituição histórica está diretamente relacionada às transformações econômicas, sociais e produtivas ocorridas no país, especialmente diante das demandas por formação de trabalhadores capazes de compreender e atuar criticamente no mundo do trabalho. (RAMOS,2014).

A institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892/2008, representou um marco importante para a expansão da oferta educacional pública e gratuita. A legislação estabelece que os Institutos Federais devem promover uma formação que articule ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Diferentemente de uma concepção meramente tecnicista, a EPT fundamenta-se na perspectiva da formação integral do sujeito. Nessa direção, Ramos (2008) argumenta que a educação profissional deve superar a histórica dualidade educacional brasileira, que separa a formação intelectual da formação para o trabalho. Para a autora, a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura constitui condição essencial para a construção de uma educação emancipatória.

Kuenzer (2002) destaca que a Educação Profissional deve possibilitar aos estudantes não apenas a aquisição de competências técnicas, mas também o desenvolvimento da capacidade crítica necessária para compreender os processos produtivos e suas implicações sociais. Assim, a formação profissional assume um caráter político e social, contribuindo para a construção da cidadania.

Sob essa perspectiva, a EPT passa a ser compreendida como uma política pública voltada à democratização do conhecimento e à redução das desigualdades sociais. Sua finalidade ultrapassa a preparação para o emprego, envolvendo a formação de sujeitos autônomos, críticos e capazes de intervir na realidade social em que estão inseridos.

2.2 A concepção freireana de educação e sua contribuição para a Educação Profissional e Tecnológica

A obra de Paulo Freire constitui um dos principais referenciais teóricos para a compreensão da educação como prática de liberdade. Em oposição ao modelo de educação bancária, caracterizado pela transmissão passiva de conteúdo, Freire (1987) propõe uma educação dialógica, participativa e centrada na realidade concreta dos educandos.

Segundo o autor, o processo educativo deve partir das experiências vividas pelos estudantes, valorizando seus saberes e promovendo a construção coletiva do conhecimento. A aprendizagem ocorre por meio do diálogo, da problematização da realidade e da reflexão crítica sobre as condições históricas e sociais que influenciam a vida dos sujeitos.

Na Educação Profissional e Tecnológica, essa perspectiva assume especial relevância, uma vez que grande parte dos estudantes já possui experiências profissionais e trajetórias de vida marcadas por diferentes formas de inserção no mundo do trabalho. Ignorar essas vivências significa desconsiderar elementos fundamentais do processo educativo.

Freire (1987) defende que ensinar não consiste em transferir conhecimento, mas em criar possibilidades para sua produção e construção. Dessa forma, os processos pedagógicos desenvolvidos na EPT devem considerar os contextos socioculturais dos estudantes, favorecendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Além disso, a pedagogia freireana contribui para a compreensão da permanência estudantil como um processo que envolve acolhimento, respeito à diversidade e valorização das trajetórias individuais. Quando a instituição reconhece as dificuldades enfrentadas pelos estudantes trabalhadores, cria condições mais favoráveis para a inclusão e o sucesso acadêmico.

2.3 Trabalho como princípio educativo e formação humana integral

A relação entre educação e trabalho constitui um dos eixos centrais das discussões sobre Educação Profissional e Tecnológica. Nessa perspectiva, Frigotto (2009) argumenta que o trabalho deve ser compreendido não apenas como atividade econômica, mas como dimensão constitutiva da existência humana.

O trabalho é entendido como elemento fundamental para a produção da vida social, para o desenvolvimento das capacidades humanas e para a construção da identidade dos sujeitos. Consequentemente, a educação profissional não pode restringir-se ao treinamento para funções específicas do mercado, devendo promover uma formação ampla e crítica.

Essa concepção é reforçada por Ramos (2008), que defende a integração entre formação geral e formação profissional. Segundo a autora, o Ensino Médio Integrado representa uma possibilidade concreta de superar a fragmentação curricular, proporcionando uma formação que articula conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e sociais.

A formação humana integral busca desenvolver múltiplas dimensões dos estudantes, incluindo aspectos intelectuais, éticos, políticos e culturais. Trata-se de uma proposta educacional comprometida com a emancipação dos sujeitos e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica assume o compromisso de formar trabalhadores capazes de compreender criticamente os processos produtivos, exercer sua cidadania e participar ativamente da transformação social.

2.4 Permanência e êxito estudantil na Educação Profissional e Tecnológica

A ampliação do acesso à educação representa um importante avanço social. Entretanto, garantir o ingresso dos estudantes não é suficiente. É necessário assegurar condições efetivas para sua permanência e conclusão dos cursos.

O Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014) reconhece que a evasão escolar é um fenômeno multifatorial, influenciado por fatores econômicos, pedagógicos, institucionais, familiares e pessoais.

Pagnoncelli e Zambam (2016) destacam que a permanência estudantil depende da construção de políticas institucionais capazes de responder às necessidades específicas dos educandos. Entre essas ações destacam-se o acompanhamento pedagógico, a assistência estudantil, o acolhimento institucional e a flexibilização de estratégias de ensino.

Para estudantes trabalhadores, os desafios tendem a ser ainda maiores. A necessidade de conciliar atividades laborais, responsabilidades familiares e estudos frequentemente resulta em dificuldades para acompanhar as demandas acadêmicas. Nesse sentido, torna-se fundamental que as instituições desenvolvam práticas pedagógicas sensíveis às diferentes realidades dos estudantes.

A permanência e o êxito devem ser compreendidos como responsabilidades compartilhadas entre estudantes, professores, tutores, gestores e instituições. A construção de uma cultura institucional voltada ao acolhimento e à inclusão constitui elemento essencial para o fortalecimento da trajetória acadêmica dos estudantes da EPT.

2.5 O estudante trabalhador na Educação Profissional e Tecnológica

O perfil do estudante trabalhador é cada vez mais comum na Educação Profissional e Tecnológica. Muitos estudantes ingressam nos cursos buscando qualificação

profissional, melhoria das condições de vida e ampliação das oportunidades de inserção social.

Contudo, a dupla jornada de trabalho e estudo impõe inúmeros desafios. O tempo reduzido para dedicação às atividades acadêmicas, o desgaste físico decorrente da rotina laboral e as limitações financeiras frequentemente impactam o desempenho educacional.

Segundo Kuenzer (2002), compreender a realidade concreta dos estudantes constitui condição indispensável para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. A instituição educacional deve reconhecer as especificidades desse público e construir estratégias que favoreçam sua permanência.

A flexibilização de atividades, a oferta de recursos assíncronos e a ampliação dos mecanismos de apoio pedagógico são exemplos de ações que podem contribuir para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes trabalhadores.

Assim, a EPT reafirma seu compromisso social ao reconhecer que a igualdade de oportunidades exige, muitas vezes, tratamentos diferenciados para sujeitos que vivenciam condições distintas de acesso e permanência na educação.

2.6 Tecnologias digitais, Educação a Distância e inclusão educacional

O desenvolvimento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) tem promovido profundas transformações nos processos de ensino e aprendizagem. Na Educação Profissional e Tecnológica, especialmente na modalidade a distância, essas tecnologias ampliam as possibilidades de acesso ao conhecimento e de interação entre professores e estudantes.

Almeida (2011) destaca que as tecnologias digitais podem aproximar sujeitos mesmo em contextos marcados pela distância geográfica. Entretanto, sua utilização exige planejamento pedagógico adequado e compromisso com a inclusão educacional.

A exclusão digital permanece como um desafio significativo no contexto brasileiro. Muitos estudantes enfrentam limitações relacionadas à qualidade da conexão com a internet, à disponibilidade de equipamentos tecnológicos e ao domínio das ferramentas digitais.

Nesse cenário, a adoção de estratégias assíncronas assume grande relevância. Videoaulas gravadas, materiais digitais, fóruns de discussão, podcasts educacionais e atividades flexíveis permitem que os estudantes organizem seus estudos de acordo com suas possibilidades e limitações.

A utilização das tecnologias deve estar orientada por princípios de acessibilidade e equidade, garantindo que todos os estudantes tenham condições efetivas de participar do processo educativo.

2.7 Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), acessibilidade e inclusão na EPT

As discussões contemporâneas sobre inclusão educacional têm destacado a importância do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como referência para a construção de ambientes educacionais mais acessíveis.

Desenvolvido pelo CAST, o DUA propõe que os currículos sejam planejados considerando a diversidade dos estudantes desde o início do processo educativo. Essa abordagem fundamenta-se em três princípios centrais: múltiplas formas de representação dos conteúdos, múltiplas formas de engajamento dos estudantes e múltiplas formas de ação e expressão da aprendizagem.

A aplicação do DUA na Educação Profissional e Tecnológica favorece a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, capazes de atender estudantes com diferentes ritmos, estilos de aprendizagem e condições de acesso ao conhecimento.

Para estudantes trabalhadores e para aqueles que enfrentam dificuldades de conexão à internet, a disponibilização de materiais gravados, conteúdos acessíveis e atividades flexíveis representa uma estratégia alinhada aos princípios do DUA.

Dessa forma, a inclusão deixa de ser entendida como adaptação posterior e passa a constituir elemento estruturante do planejamento educacional. Essa perspectiva fortalece os princípios da Educação Profissional e Tecnológica e contribui para a construção de uma educação comprometida com a equidade, a permanência e o sucesso acadêmico.

2.8 Educação Profissional e Tecnológica como instrumento de transformação social

A Educação Profissional e Tecnológica possui papel fundamental na promoção da transformação social, na redução das desigualdades e na ampliação das oportunidades educacionais e profissionais.

Ao proporcionar acesso ao conhecimento científico e tecnológico, a EPT contribui para a formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade e atuar na construção de uma sociedade mais democrática.

Freire (1987), Frigotto (2009) e Ramos (2008) convergem na defesa de uma educação comprometida com a emancipação humana. Sob essa perspectiva, a formação profissional deve estar articulada à formação cidadã, possibilitando aos estudantes não apenas ingressar no mercado de trabalho, mas também participar ativamente dos processos sociais, políticos e culturais.

Assim, a Educação Profissional e Tecnológica reafirma sua função social ao promover inclusão, equidade, cidadania e desenvolvimento humano integral, constituindo-se como instrumento de transformação individual e coletiva.

3. ANÁLISES E DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise dos elementos apresentados neste estudo evidencia que os desafios enfrentados pelos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ultrapassam questões individuais, estando diretamente relacionados a fatores estruturais, sociais, econômicos e institucionais. A experiência vivenciada ao longo da formação acadêmica permite compreender que a permanência estudantil não depende exclusivamente do esforço pessoal, mas também das condições objetivas oferecidas pelas instituições de ensino para garantir acesso, participação e aprendizagem.

Ao relacionar a experiência acadêmica com as contribuições teóricas discutidas neste trabalho, observa-se que a realidade do estudante trabalhador revela uma das principais contradições presentes no sistema educacional brasileiro. Embora a ampliação do acesso à educação represente um avanço significativo, a permanência continua sendo um desafio para milhares de estudantes que precisam conciliar atividades profissionais, responsabilidades familiares e estudos. (ZAGO, 2006)

Nessa perspectiva, as reflexões de Freire (1987) tornam-se particularmente relevantes. O autor defende uma educação comprometida com a realidade concreta dos sujeitos, reconhecendo que os processos educativos devem considerar as condições históricas e sociais dos educandos. A experiência analisada demonstra que a aprendizagem ocorre de forma mais significativa quando a instituição compreende as especificidades dos estudantes e desenvolve estratégias pedagógicas capazes de dialogar com suas necessidades reais.

Os resultados desta reflexão também evidenciam a importância da concepção de trabalho como princípio educativo defendida por Frigotto (2009). O trabalho, longe de representar apenas uma atividade econômica, constitui uma dimensão fundamental da existência humana e influencia diretamente os processos de formação. Nesse sentido, a condição de estudante trabalhador não deve ser percebida como obstáculo individual, mas como uma realidade que precisa ser incorporada ao planejamento educacional.

Quando a instituição ignora essa condição, tende a reforçar desigualdades já existentes; quando a reconhece, amplia as possibilidades de inclusão e sucesso acadêmico.

A análise permite ainda identificar a relevância da formação humana integral proposta por Ramos (2008). Os desafios enfrentados durante a trajetória acadêmica demonstram que a formação profissional não pode restringir-se à aquisição de competências técnicas. A capacidade de organização, autonomia, resiliência, responsabilidade e pensamento crítico desenvolvida ao longo do percurso formativo constitui parte essencial do processo educativo. Dessa forma, a EPT cumpre sua função social quando promove não apenas qualificação profissional, mas também desenvolvimento humano e cidadania.

Outro aspecto relevante refere-se à permanência estudantil. Conforme destaca o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014), a evasão resulta de múltiplos fatores e exige respostas institucionais igualmente complexas. A experiência analisada confirma essa compreensão, uma vez que dificuldades relacionadas ao trabalho, ao tempo disponível para estudo e ao acesso à internet poderiam ter comprometido a continuidade da formação. Entretanto, a existência de mecanismos de apoio pedagógico contribuiu significativamente para minimizar esses obstáculos.

Nesse contexto, o papel da tutoria emerge como elemento central para a permanência e o êxito estudantil. Mais do que orientar atividades acadêmicas, a tutoria exerce função mediadora, acolhedora e motivadora. O acompanhamento recebido ao longo da formação demonstrou que o vínculo estabelecido entre estudante e instituição constitui fator determinante para a continuidade dos estudos. Essa constatação reforça a perspectiva freireana de que o processo educativo se fundamenta nas relações humanas, no diálogo e na construção coletiva do conhecimento.

As discussões também evidenciam a importância das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) para a democratização do ensino. Conforme Almeida (2011), as tecnologias possuem potencial para ampliar oportunidades de aprendizagem e aproximar sujeitos separados pela distância geográfica. Entretanto, a experiência analisada revela que a simples disponibilização de recursos tecnológicos não garante inclusão

educacional. Quando o acesso à internet é limitado, a dependência exclusiva de atividades síncronas pode transformar-se em fator de exclusão.

Nesse sentido, a oferta de atividades assíncronas mostrou-se fundamental para assegurar a continuidade da aprendizagem. Videoaulas gravadas, materiais digitais, fóruns de discussão e recursos acessíveis permitiram maior flexibilidade na organização dos estudos, respeitando as limitações impostas pela rotina de trabalho. Essa constatação confirma a importância de metodologias pedagógicas flexíveis e alinhadas aos princípios da inclusão educacional.(BACICH E MORAN,2018)

A análise também permite estabelecer relações com os pressupostos do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). A disponibilização de múltiplas formas de acesso aos conteúdos e de participação nas atividades favorece não apenas estudantes com dificuldades de conexão, mas toda a comunidade acadêmica. Assim, a inclusão deixa de ser entendida como medida compensatória e passa a constituir princípio estruturante do planejamento pedagógico.

Outro aspecto importante refere-se à dimensão social da Educação Profissional e Tecnológica. Os autores estudados convergem ao afirmar que a educação deve contribuir para a redução das desigualdades e para a emancipação dos sujeitos. A trajetória analisada demonstra que a formação acadêmica representa não apenas uma conquista individual, mas também uma oportunidade de transformação social. O acesso ao conhecimento amplia perspectivas profissionais, fortalece a cidadania e possibilita maior participação nos espaços sociais e educacionais.

Por fim, as análises realizadas confirmam a hipótese central deste trabalho: a Educação Profissional e Tecnológica possui potencial para promover inclusão, permanência e sucesso acadêmico quando orientada pelos princípios da equidade, da flexibilidade pedagógica e da formação humana integral. Entretanto, para que esse potencial se concretize, torna-se necessário fortalecer políticas institucionais de permanência, ampliar estratégias de acompanhamento pedagógico e garantir condições efetivas de acesso às tecnologias educacionais.

Dessa forma, a permanência estudantil deve ser compreendida como um compromisso institucional e coletivo, fundamentado no reconhecimento das diferentes realidades vividas pelos estudantes. Somente por meio de uma educação inclusiva, democrática e socialmente comprometida será possível assegurar que o acesso à educação se converta efetivamente em permanência, aprendizagem e transformação social.

4. CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo analisar de que forma a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode contribuir para a inclusão, a permanência e o êxito acadêmico de estudantes que enfrentam desafios relacionados à conciliação entre trabalho, estudo e acesso às tecnologias digitais. A partir da articulação entre a experiência vivenciada, os referenciais teóricos estudados e os documentos orientadores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi possível compreender que a permanência estudantil constitui um fenômeno complexo, influenciado por fatores sociais, econômicos, pedagógicos e institucionais.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram constatar que a ampliação do acesso à educação, embora represente uma importante conquista social, não garante, por si só, a conclusão dos estudos. Para que a democratização da educação se concretize, torna-se indispensável que as instituições desenvolvam políticas e práticas voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes, especialmente daqueles que vivenciam situações de vulnerabilidade social, limitações de tempo e dificuldades de acesso às tecnologias.

A análise da trajetória acadêmica apresentada neste estudo evidenciou que os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores não decorrem exclusivamente de questões individuais, mas refletem condições estruturais que exigem respostas institucionais consistentes. Nesse sentido, confirmou-se a hipótese de que a Educação Profissional e Tecnológica, quando fundamentada em princípios de inclusão, equidade e flexibilidade pedagógica, possui significativo potencial para favorecer a continuidade dos estudos e promover uma formação mais democrática e acessível.

Os referenciais teóricos de Freire (1987), Frigotto (2009), Ramos (2008), Kuenzer (2002) e demais autores analisados reforçaram a compreensão de que a EPT deve ultrapassar uma perspectiva meramente instrumental voltada à preparação para o mercado de trabalho. Sua função social envolve a formação humana integral, o desenvolvimento da autonomia intelectual, a construção da cidadania e a promoção da transformação social.

Dessa forma, a educação profissional assume um papel estratégico na redução das desigualdades educacionais e na ampliação das oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à importância do acompanhamento pedagógico e da tutoria para a permanência estudantil. A experiência relatada demonstrou que o acolhimento institucional, a escuta sensível, a orientação contínua e o incentivo oferecido pelos profissionais da educação constituem elementos fundamentais para fortalecer o vínculo dos estudantes com a instituição e reduzir os riscos de evasão. Assim, a permanência não deve ser compreendida apenas como responsabilidade individual do estudante, mas como resultado de uma ação coletiva e institucional comprometida com o sucesso educacional.

As discussões também evidenciaram o papel das tecnologias digitais como instrumentos de inclusão e democratização do ensino. Contudo, verificou-se que a simples utilização de recursos tecnológicos não garante acessibilidade ou participação efetiva. Para muitos estudantes, especialmente aqueles que enfrentam limitações de conectividade e disponibilidade de tempo, a adoção de metodologias flexíveis, atividades assíncronas, materiais acessíveis e estratégias fundamentadas nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) representa uma condição indispensável para a continuidade da formação.

Diante dessas constatações, conclui-se que a Educação Profissional e Tecnológica possui potencial transformador quando orientada por princípios de justiça social, inclusão, acessibilidade e respeito à diversidade das trajetórias estudantis. Investir em políticas de permanência, fortalecer o acompanhamento pedagógico, ampliar o acesso às tecnologias educacionais e desenvolver práticas pedagógicas mais flexíveis são ações fundamentais para garantir que o direito à educação seja efetivamente concretizado.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar as discussões sobre inclusão, permanência e êxito estudantil na Educação Profissional e Tecnológica, incentivando a

construção de práticas educacionais cada vez mais humanizadas, democráticas e comprometidas com a formação integral dos sujeitos. Mais do que formar profissionais para o mundo do trabalho, a EPT deve continuar assumindo sua missão de formar cidadãos críticos, autônomos e capazes de atuar na transformação da realidade social em que vivem.

5 PLANO DE AÇÃO

5.1 Objetivo Geral

Promover a permanência, o êxito acadêmico e a inclusão de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente daqueles que precisam conciliar trabalho, estudo e limitações de acesso às tecnologias digitais.

5.2 Ações Propostas

Ação 1 – Ampliação da oferta de atividades assíncronas

Objetivo: Garantir maior flexibilidade para estudantes trabalhadores e para aqueles que possuem dificuldades de acesso à internet.

Estratégias:

- Disponibilização de videoaulas gravadas para acesso em diferentes horários;
- Oferta de materiais didáticos em formato digital e para download;
- Criação de fóruns de discussão permanentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Disponibilização de podcasts, infográficos e materiais complementares.

Resultados Esperados:

- Maior participação dos estudantes nas atividades acadêmicas;
- Redução das dificuldades relacionadas à incompatibilidade de horários;
- Fortalecimento da autonomia dos estudantes.

Ação 2 – Fortalecimento da tutoria e do acompanhamento pedagógico

Objetivo: Ampliar o suporte acadêmico e emocional aos estudantes ao longo do curso.

Estratégias:

- Realização de acompanhamento periódico dos estudantes com dificuldades de participação;
- Ampliação dos canais de comunicação entre tutores e estudantes;
- Desenvolvimento de ações de acolhimento e orientação acadêmica;
- Monitoramento preventivo de situações de risco de evasão.

Resultados Esperados:

- Maior vínculo entre estudante e instituição;
- Redução dos índices de evasão;
- Fortalecimento da motivação e do engajamento acadêmico.

Ação 3 – Desenvolvimento de materiais educacionais acessíveis

Objetivo: Promover inclusão educacional por meio de recursos adaptados às diferentes realidades dos estudantes.

Estratégias:

- Produção de materiais compatíveis com dispositivos móveis;
- Disponibilização de conteúdos em formatos diversificados (texto, vídeo, áudio e imagem);
- Utilização de linguagem clara e objetiva;
- Aplicação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Resultados Esperados:

- Ampliação do acesso aos conteúdos;
- Melhoria da aprendizagem;
- Maior participação de estudantes com diferentes necessidades e estilos de aprendizagem.

Ação 4 – Flexibilização de prazos e metodologias de avaliação

Objetivo: Adequar as exigências acadêmicas às condições reais dos estudantes trabalhadores.

Estratégias:

- Possibilidade de prorrogação de prazos em situações justificadas;
- Diversificação dos instrumentos avaliativos;
- Valorização de atividades práticas e reflexivas;
- Planejamento de cronogramas compatíveis com a realidade dos estudantes.

Resultados Esperados:

- Diminuição da retenção e da evasão escolar;
- Maior equilíbrio entre trabalho e estudo;
- Melhor desempenho acadêmico.

Ação 5 – Promoção da inclusão digital

Objetivo: Minimizar os impactos das desigualdades tecnológicas no processo educativo.

Estratégias:

- Mapeamento das dificuldades de acesso dos estudantes;
- Disponibilização de materiais com baixo consumo de dados móveis;
- Orientação sobre o uso de ferramentas digitais educacionais;
- Ampliação de políticas institucionais de apoio à conectividade.

Resultados Esperados:

- Redução das barreiras tecnológicas;
- Maior acesso às atividades acadêmicas;
- Fortalecimento da inclusão digital e educacional.

Ação 6 – Implementação de políticas permanentes de permanência e êxito estudantil

Objetivo: Consolidar uma cultura institucional voltada ao acolhimento e ao sucesso acadêmico dos estudantes.

Estratégias:

- Criação de mecanismos de acompanhamento dos indicadores de permanência;
- Desenvolvimento de ações preventivas contra a evasão;
- Integração entre coordenação, docentes, tutores e estudantes;
- Promoção de espaços de escuta e participação estudantil.

Resultados Esperados:

- Fortalecimento das políticas institucionais de permanência;
- Melhoria dos índices de conclusão dos cursos;
- Construção de uma educação mais inclusiva, democrática e humanizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Tecnologia e educação: a distância e a proximidade em tempos de tecnologias digitais**. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documentos oficiais sobre Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, [s.d.].

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines** (Diretrizes do Desenho Universal para a Aprendizagem). Wakefield, MA: CAST, [s.d.].

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação Profissional: categorias para a análise de políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Natal: IFRN, 2007.

PAGNONCELLI, Cláudio; ZAMBAM, Dejalma. **Desafios da Permanência e Êxito na Educação Profissional**. Passo Fundo: IMED, 2016.

RAMOS, Marise. **Concepção de Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado no Seminário Ensino Médio Integrado, Brasília, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2018.

APÊNDICE

Quadro 01.

PLANO DE AÇÃO PARA PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E DO ÊXITO ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ação	Objetivo	Estratégias	Resultados Esperados
Ampliação da oferta de atividades assíncronas	Garantir maior flexibilidade aos estudantes trabalhadores e àqueles com dificuldades de acesso à internet.	Disponibilizar videoaulas gravadas, materiais digitais para download, fóruns de discussão, podcasts e conteúdos complementares acessíveis em diferentes horários.	Aumento da participação estudantil, melhoria da aprendizagem e redução das dificuldades relacionadas à incompatibilidade de horários.
Fortalecimento da tutoria e do acompanhamento pedagógico	Ampliar o suporte acadêmico e emocional aos estudantes durante o curso.	Realizar acompanhamento sistemático, ampliar os canais de comunicação, promover acolhimento pedagógico e monitorar situações de risco de evasão.	Redução da evasão, fortalecimento do vínculo institucional e aumento da motivação dos estudantes.
Desenvolvimento de materiais educacionais acessíveis	Promover inclusão educacional por meio de recursos adequados às diferentes realidades dos estudantes.	Produzir materiais em múltiplos formatos (texto, vídeo, áudio e imagem), compatíveis com dispositivos móveis e fundamentados nos princípios do DUA.	Ampliação da acessibilidade, melhoria da aprendizagem e fortalecimento da inclusão educacional.
Flexibilização de prazos e metodologias de avaliação	Adequar as exigências acadêmicas às condições dos estudantes trabalhadores.	Possibilitar prorrogação de prazos justificados, diversificar instrumentos avaliativos e adotar metodologias mais flexíveis.	Melhoria do desempenho acadêmico, redução da retenção e fortalecimento da permanência estudantil.

Promoção da inclusão digital	Minimizar as desigualdades relacionadas ao acesso às tecnologias digitais.	Identificar dificuldades de conectividade, disponibilizar materiais de baixo consumo de dados e orientar o uso das ferramentas digitais educacionais.	Redução das barreiras tecnológicas e ampliação do acesso às atividades acadêmicas.
Implementação de políticas permanentes de permanência e êxito estudantil	Consolidar ações institucionais voltadas à inclusão e ao sucesso acadêmico.	Criar mecanismos de monitoramento da permanência, desenvolver ações preventivas contra a evasão e promover espaços de escuta estudantil.	Melhoria dos índices de conclusão dos cursos e fortalecimento da cultura institucional de acolhimento e inclusão.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).